

APERFEIÇOAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

COORDENAÇÃO GERAL: Ana Maria de Oliveira Damasceno

COORDENAÇÃO ESPECÍFICA: Danielle Silva da Horta

1 - Caracterização do curso: Curso de aperfeiçoamento, de abordagem teórico-prática com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolvido na área de Serviço Social, que permite o aprimoramento dos conhecimentos e habilidades técnicas dos Assistentes Sociais através de atividades de treinamento em serviço e intercâmbio com os profissionais do Instituto.

2 - Público alvo: Assistentes Sociais.

3 – Pré-requisito: Conclusão do curso de Graduação em Serviço Social, em instituição reconhecida pelo MEC e Registro Profissional.

4 - Finalidades:

- Possibilitar o desenvolvimento do profissional de Serviço Social em áreas específicas da assistência ao paciente ortopédico;
- Oportunizar o intercâmbio de informações com os profissionais da Instituição;
- Operacionalizar a prática profissional em situações específicas de pré e pós-operatório de cirurgias ortopédicas de média e alta complexidade.

5 - Objetivo geral:

- Capacitar profissionais do Serviço Social para atuarem na área de saúde com ênfase na assistência ao paciente ortopédico.

6 - Objetivos específicos:

- Identificar as inter-relações entre os sistemas que envolvem o paciente ortopédico;
- Intervir junto aos fenômenos socioculturais e econômicos que reduzem a eficácia dos programas de prestação de serviços no setor, que seja ao nível de promoção, proteção e ou recuperação da saúde;
- Identificar elementos necessários à implantação, organização e gestão do Serviço Social no ambiente hospitalar;
- Discutir e aplicar os princípios da ética profissional e bioética.

7 - Ementa:

- Estrutura organizacional e funcional. Ações e inter-relações que envolvem o paciente ortopédico. Programas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

8 - Carga horária total: 320 horas

9 – Disciplinas teóricas:

- Módulo teórico comum: 20 horas

10 – Disciplina Prática:

- Prática Supervisionada: 300 horas

11 - Período de desenvolvimento do Curso:

- **Primeira turma:** março a junho
- **Segunda turma:** setembro a dezembro

12 – Regime: 20 horas semanais.

Áreas oferecidas	Dias da semana	Horário
Unidades de Internação		
Ambulatório	2ª e 4ª	M – 07 às 12h
CTI	3ª e 5ª	T – 13 às 17h M/T – 07-17h

13 - Critérios de seleção:

- Prova escrita;
- Análise de currículo;
- Entrevista.

14 - Certificado:

- Ao término do curso cada aluno deverá entregar trabalho de conclusão que poderá ser no formato que o preceptor da área definir. O Certificado de conclusão será conferido ao aluno que obter frequência integral e Média Final maior ou igual a 7,0 (sete).

15 - Referências Bibliográficas:

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 10-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/argumentum/article/view/19139>

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: direito sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>

MATOS, Maurílio Castro. Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Organizadores) Serviço Social e Saúde: formação e

trabalho profissional. São Paulo: Cortez; ABEPSS; OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006.
Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm

Sistema Único de Saúde – SUS

BRASIL. PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.604-de-18-de-outubro-de-2023-517547992>

BRASIL. PORTARIA Nº 221, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2005. Institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia-Ortopedia e dá outras providências. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt0221_15_02_2005.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,Ortopedia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias

_____ Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

_____ Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS - e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

_____ Humaniza SUS. Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. – Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3.ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

Legislação:

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo da Seguridade Social.

_____ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

_____ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

_____ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____ Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.º 290/94 e nº 293/94.